



ZENAIDE DE AZEREDO

Quando será o Brasil uma grande Nação?

Em 1964, o Brasil encontrava-se "em desenvolvimento" quando os militares derrubaram um presidente constitucionalmente eleito e prometeram transformar o País "numa grande potência". Havia até mesmo data para isso: o ano 2000. Vinte e cinco anos depois, o Brasil continuava o mesmo, só que estava geograficamente situado no Terceiro Mundo. O primeiro presidente eleito depois do período militar, Fernando Collor de Melo, num dos últimos discursos de campanha, prometeu que, se eleito, levaria o País para o Primeiro Mundo. Decepção. Ele, Collor, foi quem se refugiou num país primeiro-mundista, depois de ter participado de uma das maiores falcatruas com dinheiro público de que já se teve notícia.

E finalmente, na última quinta-feira, em seu pronunciamento de despedida da campanha eleitoral, o candidato-presidente Fernando Henrique Cardoso repetiu algo semelhante. Que o Brasil "será uma das grandes potências do século XXI. Uma Nação poderosa, justa

para todos os brasileiros. Respeitada lá fora e que se respeita aqui dentro".

Apesar do otimismo do candidato-quase-presidente, e diante dos antecedentes históricos que tais promessas comportam, foi temerária uma afirmação de tal teor. Soou agourenta. É duvidosa, a menos que se apresentem dados comprobatórios de tal perspectiva, "com firma reconhecida e assinado em baixo: Deus", como diria o poeta Vinícius de Moraes.

O que é ser uma grande Nação? Não é ter uma população feliz, bem empregada, com altos índices de educação, saúde, saneamento, transporte acessível e baixas taxas de mortalidade infantil? Não é ter um povo sem fome, com seu pedaço de terra, dono de seus minérios e sem medo de sair às ruas? Se tal meta não foi alcançada em quatro anos, como poderá sé-la em outros quatro? Os brasileiros querem acreditar que Fernando Henrique - de fato um dos mais competentes presidentes que o País está tendo - possa realizar isso.

Entretanto, num momento desses, em que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird), grandes credores e patrocinadores da política neoliberal adotada pelo Brasil, são os primeiros a criticá-lo, como sustentar essa crença? O diretor-gerente do FMI, Michael Camdessus, exige que o Brasil melhore sua distribuição de renda e que, em seu programa de ajuste, apresente mecanismos de proteção às camadas mais pobres da população. O Bird não deixa por menos. Um estudo coordenado pelo vice-presidente do Banco para a América Latina, Shahid Burki, constatou que a globalização só serviu para aumentar as diferenças entre ricos e pobres, além de alargar as distâncias salariais entre os trabalhadores. O que aliás, não chega a ser nenhuma novidade.

Além do mais, para tristeza de Fernando Henrique, que assegura ter dado outro rumo à educação no País, o Bird mostrou que o Brasil, em termos de educação, perde de um dos países mais pobres da África. Enquanto aqui só 46% dos

pobres terminam o ensino básico, no Zimbábue, 89% da população de menor poder aquisitivo atingem o mesmo nível.

O Presidente é um homem bem intencionado. Sua ambição política e intelectual -- conforme revelou ao ex-presidente português Mário Soares -- é "abrir uma nova era", a marca de que o Brasil mudou com ele. Os militares e Collor, cada qual à seu modo, também queriam isso. Mas falharam. Fernando Henrique pode ter mais quatro anos pela frente. Ao invés de insistir num modelo que parece fadado ao insucesso, melhor seria buscar opções que não deixassem o País tão à mercê do capital externo, como vêm recomendando especialistas no assunto. As manifestações de descontentamento na Colômbia e no Equador, semana passada, decorreram desse sistema infeliz, desse rumo que todos os presidentes latino-americanos julgam o melhor para o continente. Que elas sirvam de exemplo aos governantes brasileiros que, nesta segunda-feira, já saberão se estão ou não eleitos.